

MARCOS ANTONIO CARREIRA

**INCLUSÃO DE PESSOA PORTADORA DE DEFICIÊNCIA FÍSICA
NA ESCOLA REGULAR DE CURITIBA**

Monografia apresentada como requisito parcial para conclusão do Curso de Licenciatura em Educação Física, do Departamento de Educação Física, Setor de Ciências Biológicas, da Universidade Federal do Paraná.

Orientador: Prof. mestre Ricardo Antônio tanhoffer

**CURITIBA
2003**

DEDICATÓRIA

Este trabalho só aconteceu em decorrência da orientação do professor Ricardo Antônio Tanhoffer e do apoio da minha família. Foram eles que estiveram ali, ao meu lado, quando eu mais precisei. Por isso, esta monografia é dedicada a vocês. Dedicado orientador e queridos familiares.

AGRADECIMENTO

Primeiramente quero agradecer a Deus por me dado forças para concluir esta pesquisa, agradeço também aos meus familiares pelo incentivo, o professor Wagner pela ajuda nas correções e principalmente ao professor Ricardo Antônio Tanhoffer pela paciência e dedicação que demonstrou nos momentos das orientações para a realização desta monografia.

“Temos o direito de ser iguais sempre que as diferenças nos inferiorizem; temos o direito de ser diferentes sempre que a igualdade nos descaracterize”.

Boaventura de Souza Santos.

RESUMO

No Brasil a inclusão tornou-se legal e “obrigatória” na criação da Nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, onde se encontra que a pessoa portadora de necessidade especial deve estudar, preferencialmente, na rede regular de ensino. Porém falta muito para isso. O deficiente físico sofre ainda preconceito sobre seu estado físico, pois está normalmente fora dos padrões estético aceitável, só que esta pessoa tem direito conforme a Constituição Federal, ao lazer, trabalho e principalmente a educação, mas normalmente não consegue sair de casa por causa das barreiras arquitetônicas que impossibilita o seu direito de “ir e vir”. A inclusão vem de encontro a esta problemática, colocando estes alunos na escola regular, para que ele possa ter uma convivência mais próxima de qualquer cidadão, assim como a população está em contato com essa pessoa deficiente discriminada. A educação física adaptada possibilitou a participação na aula de educação física das pessoas com deficiência com as pessoas consideradas “normais”. A inclusão e a educação física adaptada veio para quebrar a barreira do preconceito e garantir a convivência das pessoas deficientes com seus semelhantes ditos “normais”. O trabalho visa analisar a inclusão escolar.

Palavras chaves: inclusão, escola, preconceito, educação física adaptada.

SUMÁRIO

Resumo	<i>vi</i>
1 INTRODUÇÃO	01
1.1 APRESENTAÇÃO DO PROBLEMA.....	01
1.2 JUSTIFICATIVA.....	03
1.3 OBJETIVOS.....	04
2 REVISÃO DA LITERATURA	05
2.1 HISTÓRICO.....	05
2.1.1 História sobre os deficientes no Brasil.....	07
2.2 ESCOLA COMUM (REGULAR) E ESCOLA ESPECIAL.....	09
2.3 PRECONCEITO.....	11
2.4 EDUCAÇÃO FÍSICA ADAPTADA.....	19
2.5 INCLUSÃO.....	24
3 METODOLOGIA	34
4 CONCLUSÃO	35
REFERÊNCIA	38

1 INTRODUÇÃO

1.1 APRESENTAÇÃO DO PROBLEMA

Antigamente as pessoas portadoras de alguma deficiência eram discriminadas pela sociedade, chegando a serem abandonadas pelos familiares, pela sociedade, ou mortos, por serem considerados um castigo de Deus.

Historicamente três estágios são considerados no desenvolvimento de atitudes em relação ao deficiente. Na era pré-cristã eram perseguidos, maltratados e abandonados. Para Carmo (1991, p.22) este abandono era geralmente pôr ordem econômica, uma vez que os deficientes não podiam contribuir na aquisição de alimentos. Segundo Winnick, citado em Freitas e Cidade (1997, p.15), na Grécia e em Roma (500 a. C e 400 d.C) só as amputações decorrentes das guerras eram consideradas e os homens honrados como heróis. Nesse período, ainda persiste a superstição dos bons e maus espíritos e as crianças que nasciam “imperfeitas” fisicamente eram assassinadas. Os outros tipos de deficientes eram discriminados e as crianças deixadas e abandonadas à própria sorte.

Já o segundo estágio é durante a expansão do cristianismo (400 – 1500 d. C) onde foram protegidos e despertaram comiseração. A forma de compreensão da pessoa deficiente sofre um grande impacto pela ênfase dada pelos ensinamentos religiosos. Nesta fase, os portadores de deficiência passam a ser “guardados” em casas, vales, porões e principalmente sobre a proteção dos monastérios, ou seja, dos padres. Ainda persistia a idéia de possessão demoníaca que terminava em longas sessões de exorcismo. (DEPAUW e GUVRON, citado por FREITAS E CIDADE, 1997, p.15)

Marcam o terceiro estágio os movimentos recentes que visam a aceitação do deficiente bem como sua integração na sociedade o mais completamente possível.

Para Freitas e Cidade (1997, p.16) o século XX é marcado por um período de reformas sociais, surgindo interesses governamentais em assuntos referentes às pessoas portadoras de deficiência, no campo da educação, psicologia e medicina. Portanto no decorrer dos anos as pessoas portadoras de deficiência, vêm gradualmente adquirindo direitos em todas as áreas, inclusive na educação e esta é e continua sendo alvo de muitos estudos e discussões.

Portanto, a idéia de integração surgiu para derrubar a prática da exclusão a que foram submetidas às pessoas deficientes por vários séculos. A exclusão ocorria em seu sentido total, ou seja, as pessoas com deficiência eram excluídas da sociedade para qualquer atividade, isso porque, antigamente, elas eram consideradas inválidas, sem utilidade para a sociedade e incapazes para trabalhar, estudar, características estas atribuídas indistintamente a todos que tivessem alguma deficiência (SASSAKI, 1997, p.17), surgindo, portando, leis que tentem assegurar essa integração sob forma de leis.

Dessa forma, por meio da Constituição Federal, no art. 208, parágrafos I e III, encontra-se:

Art. 208: O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de:

- ensino fundamental, obrigatório e gratuito, inclusive para os que a ele não tiverem acesso na idade própria;
- atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino;

Com a aprovação da nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional LDB – lei 9394/96, de 20 de dezembro de 1996 – a educação geral tomou novos rumos. Na LDB, no capítulo V, sobre educação especial, encontra-se que, “entende-se por educação especial, para os efeitos desta lei, a modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos portadores de necessidades especiais”.

A educação inclusiva, como é chamado este processo de atender, no mesmo grupo, pessoas com e sem necessidades especiais, apresenta objetivos como:

Integração dos portadores de necessidades especiais na rede regular governamental de ensino; ingresso do aluno portador de necessidades educativas especiais em turmas do ensino regular, sempre que possível; apoio ao sistema de ensino regular para criar as condições de integração dos portadores de necessidades educativas especiais; conscientização da comunidade escolar para a importância da presença do aluno de educação especial nas escolas da rede regular de ensino; integração técnico-pedagógica entre os educadores que atuam nas salas de aulas de ensino regular e os que atendem em salas de educação especial; integração das equipes de planejamento da educação comum com os de educação especial, em todas as instâncias administrativa e pedagógicas do sistema educativo; desenvolvimento de ações integradas nas áreas de ação social, educação, saúde e trabalho. (SEED, 1994, p.9)

Como se percebe, a inclusão das pessoas portadoras de necessidades especiais já está, gradativamente sendo posta, desta forma, o problema a ser estudado reside no fato de analisar como este processo está sendo realizado, bem como diferenciar escola comum (regular) de escola especial.

1.2 JUSTIFICATIVA

Dentro do universo de diversidade existente na área da “deficiência humana”, o estudo abordará a “deficiência física”, não somente por ser está ainda uma área de conhecimento pouco explorada no Brasil, mas também pelo entendimento das dificuldades encontradas pela população em questão, mediante pesquisas e estudos, constatando que ainda permanecem muitas lacunas neste setor.

A escola é muita heterogenia e sabendo da inclusão, nasceu a vontade de descobrir como ela estava sendo realizada no âmbito escolar.

A inclusão de pessoas com deficiência na educação geral vem sendo implementada há pouco tempo no Brasil. Ela se baseia nos princípios de aceitação das diferenças individuais, valorização de cada pessoa, convivência dentro da diversidade humana, bem como na aprendizagem cooperativa. (SASSAKI, 1997, p.18)

Estes princípios não se restringem apenas aos alunos especiais e sim, a todos os alunos da escola, pois, cada aluno tem suas dificuldades e potencialidades, cabendo ao profissional de educação o seu descobrimento e aplicação.

Por se saber pouco sobre o assunto e ainda com a possibilidade de ofertar subsídios aos novos profissionais de educação a possibilidade de conhecer um pouco mais sobre está nova tendência de atender na escolar regular pessoas com necessidade especial, entende-se que é imprescindível que se conheça as pessoas portadoras de deficiência física, bem como sobre esta nova postura, de atender estes alunos na rede regular de ensino. Por isso, justifica-se este estudo em decorrência do surgimento da inclusão, haja vista que é um movimento que está ganhando espaço na escola.

Sabendo-se que está buscando um aprimoramento da qualidade de ensino brasileiro, a inclusão só veio para estimular, é necessário que se crie novas

maneiras de ensinar, sem preconceito, adequadas à heterogeneidade dos alunos e compatíveis com os ideais democráticos de uma educação para todos. Pois, como afirma Mazzotta (1987, p.33), “a educação de uma pessoa acontece quando há a possibilidade de transformação, ou seja, quando está deixo transformar ou quando lhe é permitido transformar”.

Tais situações de educação são determinadas por um grande número de fatores e constituem um conjunto muito complexo, tanto no tempo como no espaço.

Uma situação de educação pode ser permanente ou ocasional e pode ocorrer em locais variados, tais como em casa, no hospital, na escola, na igreja, etc. Por outro lado, sabe-se que a educação procede não só de situações não-programadas, chamadas de informais, que decorrem da necessidade do homem, mais há também as situações programadas, formais, que se realizam através de instituições sociais, próprias, que procuram dirigir e orientar a pessoa a determinados fins, no caso, a educação.

1.3 OBJETIVO

- Contextualizar através da história a pessoa portadora de deficiência física, bem como as pessoas portadoras de deficiência;
- Analisar o processo de inclusão escolar;
- Diferenciar escola comum e escola especial.

2 REVISÃO DA LITERATURA

2.1 HISTÓRICO

Rocha (1987, p.50), diz que “é o homem que se move, como ser animado, e não qualquer de suas funções que o compõem”.

Através dos séculos, a humanidade tem enfrentado o problema de lidar com indivíduos que, devido a várias causas, diferem da grande maioria das pessoas por não terem conseguido um ajustamento social adequado.

Historicamente três estágios são considerados no desenvolvimento de atitudes em relação ao deficiente¹. Na era pré-cristã, eram perseguidos, maltratados e abandonados. Durante a expansão do cristianismo, foram protegidos e despertaram comiseração². Mais recentemente, tem havido movimentos visando à aceitação do deficiente e sua integração na sociedade o mais completamente possível.

Carmo (1991, p.22) diz que na era pré-cristã, era comum os deficientes, de um modo geral, serem abandonados à própria sorte, vindo a morrer por inanição. Os motivos desta atitude geralmente eram de ordem econômica, uma vez que os deficientes não podiam contribuir na aquisição de alimentos.

Mas algumas características diferem de região para região, quanto ao tratamento dado aos deficientes.

Os espartanos submetiam uma criança, ao nascer, aos testes de resistência que lhe dariam o direito à vida ou não.

Os judeus, apesar de respeitarem o deficiente, não lhes permitiam o acesso a posições nobres.

No Egito, às pessoas que apresentavam algum tipo de deficiência, era dada uma atenção especial, desde que pertencesse à nobreza, ao sacerdócio, se

¹ Deficiente: “pessoa deficiente” refere-se a qualquer pessoa incapaz de assegurar a si mesma, total ou parcialmente, as necessidades de uma vida individual ou social normal, em decorrência de suas capacidades físicas ou mentais. (Declaração dos Direitos das Pessoas Deficientes, aprovada pela Assembléia Geral da ONU, em 09/12/75, que foi citado em PEDRINELLI, citado por FREITAS e CIDADE, 1997, p.12)

² Comiseração: Ato de comiserar-se; compaixão; dó, pena. Comiserador: que inspira comiseração; que se compadece dos males alheios. (FERNANDES, 1995)

fossem guerreiros ou seus familiares. A camada pobre da sociedade não tinha como pagar a atenção de um médico.

Entre os hebreus, a deficiência física, assim como a doença, era considerada como consequência do pecado, o que levava à discriminação social, sendo-lhes negado o direito até de participarem dos ofícios religiosos.

É interessante notar, entretanto, que entre os hebreus, houve muitos líderes portadores de deficiência: Noé, ao que tudo indica era albino; Isaak foi cego por mais de 80 anos; Moisés tinha problemas com a articulação das palavras. A eles foi-lhes perdoada a deficiência, pois se saíram bem em suas ações.

Na Grécia e em Roma (500 a.C. e 400 d.C), a preocupação com a capacidade física dos soldados baseava-se na necessidade de proteção do Estado e de inimigos externos. Nesta forma, o Estado de guerra constante, fez com que esses povos construíssem a imagem de corpos fortes para combate. Apenas as amputações decorrentes das guerras eram consideradas e os homens honrados como heróis. Nesse período, ainda persiste a superstição dos bons e maus espíritos e as crianças que nasciam imperfeitas fisicamente eram assassinadas. Os outros tipos de deficiência eram discriminadas e as crianças deixadas e abandonadas à própria sorte. (WINNICK, citado por FREITAS e CIDADE, 1997, p.15)

No início do cristianismo (400-1500 d.C) a forma de compreensão da pessoa deficiente sofre um grande impacto pela ênfase dada pelos ensinamentos religiosos.

Nessa fase, os indivíduos com deficiência passam a ser “guardados” em casas, vales, porões e principalmente sobre a proteção dos mosteiros, ou seja, dos padres. Neste período, ainda persiste a idéia de possessão demoníaca, que terminava em longas sessões de exorcismo. (DEPAUW e GAVRON, citado por FREITAS e CIDADE, 1997, p.15)

Durante os séculos XVI e XVII, mesmo com a influência dos estudos científicos, principalmente, da medicina, pessoas com deficiência física foram perseguidas e pessoas com doença mental foram torturadas. (FREITAS e CIDADE, 1997, p.15)

O tratamento das pessoas deficientes, no século XVIII, foi evidentemente influenciado pela transição das formas de pensar, passando da superstição e hostilidade para a compaixão e pena. Inicia-se então o interesse de educar e

reabilitar esses indivíduos, surgindo às primeiras instituições como: hospitais e escola para cegos e surdos. (FREITAS e CIDADE, 1997, p.16)

O século XX é marcado por um período de reformas sociais, guerras, surgindo interesses governamentais em assuntos referentes às pessoas portadoras de deficiência, especialmente no campo da educação, psicologia e medicina. (FREITAS e CIDADE, 1997, p.16)

Para Fonseca (1996, p.13) as atividades físicas para pessoas portadora de deficiência iniciou, historicamente, na China em 2700 a.C. com um enfoque médico, chamado de ginástica médica e tinha como objetivo remediar doença, utilizando para tanto exercícios preventivos e corretivos.

Na década de 50 as atividades física para pessoas portadora de deficiência recebeu um novo termo, educação física adaptada³, que foi definido pela "American Association for Health Physical Education Recreation Dance" (AAHPERD). (FONSECA, 1996, p.13)

2.1.1 História sobre os Deficientes no Brasil

A história dos deficientes físicos no Brasil, nos períodos colonial e imperial, segundo os historiadores Southey, Santos e Silva, citados por Carmo (1991, p.27), que era raríssimo se encontrar aleijados, cegos, surdos-mudos, coxo⁴ entre os indígenas brasileiros nos primórdios da colonização. Silva cita Delery, que reforça esta visão ao referir-se aos índios:

"... não são maiores nem mais gordos que os europeus; são, porém, mais robustos, mais entroncados, mais bem dispostos e menos sujeitos a moléstias, havendo entre eles muito pouco coxos, disformes, aleijados ou doentios".

³ Educação física adaptada: é um programa diversificado de atividade desenvolvimentista, jogos, ritmo adequados aos interesses, capacidades e limitações de estudante com deficiência que não podem se engajar na participação irrestrita, segura e bem sucedida em atividades vigorosas de um programa de Educação Física Geral. (AAHPERD, citado por FONSECA, 1996, p.13)

⁴ Coxo: diz-se daquilo a que falta alguma parte; incompleto, imperfeito (FERNANDES, 1995).

Os dados históricos indicam que as poucas anomalias físicas que alguns índios portavam eram fruto de guerras ou acidentes na selva. A deficiência física de origem congênita ou como consequência de doenças incapacitantes não foi notada. Os historiadores afirmam que nos casos congênitos as crianças eram sacrificadas pelos pais no nascimento.

Santos Filho, citado por Carmo (1991, p.27), afirma que:

“... ao estudar o passado brasileiro no campo especializado da medicina, assente-se, de início, que nos quatro primeiros séculos não houve propriamente Medicina Brasileira, dado que as condições culturais e econômicas vigentes no país no tempo relativamente exíguo de sua existência, a partir de 1500, não ensejaram a formação de uma ciência nacional própria”.

Avançando um pouco mais na história, isto é, tendo como base o início do século XX até os dias atuais, percebemos claramente que a situação geral da “deficiência” no Brasil não sofreu significativas alterações, principalmente se levarmos em conta a situação social da grande maioria da população brasileira.

Toda leitura da realidade, referente à qualificação e a identificação do número e os tipos de “deficientes” existentes no país, realizados pelo estado ou entidades que tratam e trabalham com esta população, baseia-se em dados estimativos fornecidos pela ONU.

Segundo a ONU, em países como o Brasil, “Terceiro Mundo” cerca de 10% da população apresenta alguma forma de deficiência.

De acordo com documento divulgado pelo Estado Brasileiro, citado por Carmo (1991: p.29), é a seguinte a distribuição deste percentual no Brasil nas diferentes formas de deficiências. Deficiência mental – 6 milhões e 500 mil – 5%; Deficiência auditiva – 1 milhão e 950 mil – 1,5%; Deficiência múltipla – 1 milhão e 300 mil – 1%; Deficiência visual – 600 mil – 0,5%; Deficiência física – 2 milhões e 600 mil – 2%.

O ano de 1981 foi proclamado como “O Ano Internacional para as Pessoas Deficientes”. O objetivo principal era a conscientização do mundo para a problemática das pessoas portadoras de deficiências.

Em nível de Brasil, foram distribuídas 50.000 cópias do documento feito pela ONU, para comissões federais, estaduais, entidades próprias para deficientes, faculdades, etc., através de rádio, foram feitas mesas redondas, com ampla

participação de deficientes. Foram realizados, conferências, palestras e seminários em todo território nacional sobre esse problema.

Segundo Carmo (1991, p.31), a declaração dos “Direitos dos Deficientes significa um grande marco na história da luta destas pessoas, na medida em que obrigou os países – membros da ONU, mesmo que de forma precária a traçarem políticas de apoio a eles”.

Para concluir, é fato que a problemática dos deficientes sensibilizou pessoas através da história. Conquistas foram feitas, resultando num melhor engajamento do deficiente na sociedade. Afinal, comentando Rocha (1987, p.150), o homem é um ser total e não fragmentos de funções corporais.

2.2 Escola Comum (Regular) e Escola Especial

Segundo o documento diretrizes teórico-metodológicas para a Educação Especial do Estado do Paraná (1994), o atendimento educacional dos portadores de necessidades educativas especiais, dentre eles os deficientes físicos, se processa pela Educação Especial, em escolas comuns do ensino regular⁵ ou em escolas especiais⁶ conforme o comprometimento do educando.

Para Mazzotta (1993, p.19), “a via comum, ou ensino regular, consiste nos serviços e recursos geralmente utilizados para todos; a via designada como especial é aquela em que o ensino ocorre mediante a utilização de auxílios e serviços especiais que geralmente não estão disponíveis nas situações comuns de educação escolar”.

Canziani (1985, p.29), por outro lado indica que “a escola especial é uma instituição destinada a prestar atendimento educacional à criança e/ou adolescente que não tem condições de freqüentar escolas comuns e onde são desenvolvidos

⁵Ensino regular: (via comum de ensino) consiste nos serviços e recursos geralmente organizados para todos. (MAZZOTTA, 1987, p.37)

⁶Ensino especial: (via especial de ensino) é aquela que o ensino ocorre mediante a utilização de auxílios e serviços especiais que, geralmente, não estão disponíveis nas situações comuns de educação escolar. (MAZZOTTA, 1987, p.37)

currículos adaptados aos diferentes tipos de deficiência”.

Mazzotta (1993, p.17), salienta ainda que apesar da oposição a essas escolas, sempre haverá crianças e jovens que necessitarão de atendimento educacional em escolas especiais, devido a gama de serviços médicos, paramédicos, e principalmente recursos e materiais apropriados, que comumente não são encontrados nas escolas comuns.

A Secretaria de Estado da Educação do Estado do Paraná ressalta que as escolas especiais, além de considerar a filosofia integracionista, devem se preocupar principalmente com os alunos cujos comprometimentos decorrentes da deficiência, constitui-se em impedimentos para a sua inclusão na escola comum. Devem também exercer o papel de intermediadores no processo de integração do aluno portador de necessidades educativas especiais no contexto da escola regular, oferecendo-lhes o suporte pedagógico e educacional necessário à sua inserção em um ambiente menos restrito possível. (SEED – PR/DEE, 1994)

O mesmo documento anterior indica que as instituições especializadas cabem ainda a medição entre o corpo docente da educação especial e da escola do ensino regular, promovendo encontros pedagógicos que lhes ofereçam suporte para reflexão crítica das suas funções educacionais, atendendo especificamente as necessidades educativas de seus alunos.

As escolas especiais do Estado do Paraná são numerosas e na sua maioria são mantidas por associações de cunho filantrópico, cujo movimento foi iniciado na década de 60 e ampliou-se por todo o interior do Estado. Essas escolas mantinham muito mais o caráter assistencialista do que o educador, existindo há apenas três décadas a preocupação com a educação escolar sistematizada dos portadores de deficiência. (SEED – PR/DEE, 1994)

No documento Política Nacional de Educação Especial de 1994, existe a preocupação de esclarecer que, apesar desses alunos (portadores de deficiência, condutas típicas e de altas habilidades) terem necessidades educativas especiais, isto não os impede de optarem pela integração no ensino regular, comprovado por Mazzotta (1993 p.17), através da frase “a existência de uma deficiência não faz necessariamente com que o seu portador não possa ser atendido mediante os processos comuns de educação”. O autor salienta que o tipo de grau da deficiência, bem como os efeitos por ela acarretados, além das condições educacionais

existentes no ensino comum é que devem ser confrontados para uma análise do atendimento educacional e adequado para o portador de deficiência.

Já Canziani (1985, p.52), explica que “a educação especial não é discriminatória, mas favorece ao portador de deficiência uma vida o mais normal possível”, sendo muitas vezes uma opção do portador de deficiência, pelo fato do processo educativo proporcionar-lhe condição de desenvolver mecanismos que o façam sentir-se realmente integrado na família e na sociedade, aprendendo a conviver com a deficiência que lhe é inerente.

Segundo Illich, citado por Mazzotta (1987, p.36), diz que:

“um bom sistema educacional deve Ter três propósitos: 1º dar a todos que queiram aprender acesso aos recursos disponíveis, em qualquer época de sua vida; 2º capacitar todos os que queiram partilhar o que sabem a encontrar os que querem aprender algo deles; 3º dar oportunidade a todos que queiram tornar público um assunto a que tenham possibilidade de que seu desafio seja conhecido. Tal sistema requer a aplicação de garantias constitucionais à educação”.

Diante dos fatos relatados, verifica-se que tanto a escola comum como as escolas especiais podem ser benéficas para o desenvolvimento global do portador de deficiência, dependendo do tipo e grau de deficiência, mas a melhor forma de atendimento educacional para esses alunos deverá basear-se nas necessidades educacionais individuais. Verifica-se também, através dos estudos realizados que os alunos portadores de deficiência sempre que possível devem ser atendidos preferencialmente na rede regular de ensino.

2.3 Preconceito

A amplitude da idéia que as pessoas fazem sobre os deficientes é muito grande em nossa sociedade. E é a partir destas idéias e opiniões a respeito delas que a discriminação vai tomando sua forma na cabeça das pessoas.

Especificando-se as crianças portadoras de algum tipo de deficiência, incluindo os deficientes físicos, as dificuldades encontradas por elas em seu convívio escolar vão aparecendo, denotando a presença de preconceitos e a decorrente

discriminação vivida, ainda com mais intensidade, pelos significativamente diferentes, impedindo-os, muitas vezes, de vivenciar não só seus direitos de cidadãos, mas de vivenciar plenamente sua própria infância. Ser significativamente diferente, ou seja, apresentando um desvio ou anormalidade, é o principal ponto de partida para a comparação entre uma determinada pessoa ou um determinado grupo e o “tipo ideal”.

E o fato, é que muitos e muitos de nós, embora não correspondendo a esse protótipo ideologicamente construído, o utilizamos em nosso cotidiano para a categorização/validação do outro. (AMARAL, 1998, p.12)

Segundo França (1998, p.205), a produção da diferença como desvio e efeito de uma tecnologia disciplinar, expressa a complexidade em que o homem contemporâneo está imerso: vivendo em uma sociedade normativa que evidencia a diferença pela comparação. A questão fundamental, no que diz respeito à atividade humana é normalizar os indivíduos e a população por meios racionalizados, transformando-os em sujeitos com sentido (sujeitos que falam) e objetos dóceis (adestramento dos corpos).

A partir daí o preconceito começa a se instalar. Formamos conceitos aprioristicamente, anteriores, portanto, a nossa experiência. E, é esse preconceito que permeia nossas atividades e sustenta o desconhecimento concreto e vivencial da pessoa portadora de deficiência em específico, assim como de nossas próprias reações diante delas. No caso dos relacionamentos humanos, a concretização desse preconceito dar-se-á pela relação com um estereótipo e não com a pessoa, isto é, cria-se um “tipo” fixo e imutável, alvo das ações subseqüentes. (AMARAL, 1998, p.15)

Itani (1998, p.125), salienta que freqüentemente nos defrontamos com atitudes preconceituosas, seja em atos ou gestos, discursos e palavras, no meio escolar. Ressalta que a escola é considerada uma instituição de seleção e diferenciação social e a maioria das pessoas se comportam como se isso não existisse.

Permeando esses preconceitos em relação aos deficientes estão também os mitos. O mito de generalizar os deficientes como totalmente ineficientes; o mito de fazer correlações do tipo: se uma pessoa deficiente não pode fazer tal atividade então esta não é uma atividade compatível; ou ainda o mito que se denomina de

“contágio osmótico”, ou seja, o medo da contaminação pelo convívio. (AMARAL, 1998, p.20)

Os portadores de deficiência de qualquer natureza deparam-se no seu cotidiano, com situações de preconceito que dificultam uma participação plena, pois muitas vezes são tachados de incapazes, incompetentes ou coitados. A sociedade como um todo, envolvendo em alguns casos a própria família do portador de deficiência, se fixam em idéias que rotulam e discriminam o que foge dos padrões de normalidade. O filho deficiente pode ser visto como um castigo de Deus, uma materialização de um pecado de seus pais, sendo tratado com indiferença ou superproteção, inibindo seu desenvolvimento pessoal.

Segundo Moretti (1995, p.79), uma grande importância deve ser atribuída ao clima do ambiente familiar que, comumente, é caracterizado por incompreensão para com o deficiente, intolerância, depressões. A consequência é muitas vezes uma atitude não é clara. Ora, oscilante entre a aceitação e a recusa e o encorajamento e a crítica.

Para Moretti (1995, p.14) a super proteção ao filho deficiente, ou a negação de sua condição, ou ainda a recusa a tratá-lo com base na realidade para perseguir a esperança de uma cura miraculosa, são fatores que acabam levando os próprios pais de portadores de deficiência a exercerem o preconceito. Acredita-se que a discriminação, por parte da família, que tem por tradição esconder os seus deficientes, é a mais crucial, numa amostragem, sem dúvida, de desumanidade.

Reforçando-se a atitude dos pais perante o portador de deficiência Romero (1995, p.73), diz que eles os vêem de modo mais negativo que em relação a qualquer outro de seus filhos. Encaram sua maior impulsividade e menor autocontrole, menor habilidade para se organizar, maior ansiedade, pior conduta verbal, maior dispersividade como um problema. Em consonância a isto, alguns pais de crianças com deficiência atribuem os êxitos escolares, ou de outra natureza, de seus filhos ao acaso, enquanto seus fracassos são atribuídos a sua “falta de capacidade”.

Convencido de que o verdadeiro problema seja o de potencializar suas capacidades de prestações, os adultos que dele cuidam desprezam comumente a cultura do cotidiano, ou seja, a informação esportiva, as modas musicais, o estilo do vestuário, etc..., assim, nas situações onde tudo isso é importante (por exemplo, no

grupo de amigos) o projeto acha-se privado de elementos contratuais; seria bom recordar que educar significa, também, colocar a pessoa em condições de fazer parte do mundo cultural ao qual pertence. (MORETTI, 1995, p.79)

O preconceito também se apresenta na prática escolar de diversas formas. O exercício cotidiano da linguagem, negando aquilo que a pessoa realmente é, expressando uma certa dificuldade em se referir às pessoas portadoras de deficiência, para evitar uma conotação de preconceito é, em si, a própria prática de preconceito. (ITANI, 1998, p.130)

As atitudes de preconceito que condicionam a escola são muitas elevadas e fazem com que o portador de deficiência seja considerado não tanto como menos dotado em qualquer plano particular (a inteligência, o movimento, os sentidos, a linguagem), mas sim como pessoa globalmente diferente, menos contactável, a ser isolada ou protegida, portanto, a ser tratada e com quem se tratar segundo parâmetros diferentes. (MORETTI, 1992, p.14)

A expressão através de gestos (do riso ou do sarcasmo), o olhar da diferença, os comentários em voz baixa, o cochicho, ou até mesmo o gesto de não querer causar um mal, de não ofender, contém também um pressuposto da diferença, de um preconceito que se tem em relação ao outro. Nota-se que a linguagem do corpo serve como um instrumento de distinção entre os diferentes, deixando suas marcas pela expressão e causando impedimento através da discriminação. (ITANI, 1998, p.131)

Romero (1995, p.73), coloca que as atitudes e opiniões dos colegas têm sido avaliadas e mostram que as crianças portadoras de algum tipo de deficiência são pouco populares, rejeitadas e, até mesmo, ignoradas por seus colegas, especialmente quando se trata de escolher com quem se deseja formar um grupo, para a realização de trabalhos em equipes, pois pensam que eles são incômodos na aula e que, constantemente, requerem a atenção do professor. A “rotulação”, ou seja, a identificação e a classificação das crianças com deficiência na aula, juntamente com a própria conduta destes, parece ser um dos aspectos de maior incidência nas avaliações dos colegas e, especialmente, na estabilidade e duração de tais avaliações.

Muitas vezes nos perguntamos o que devemos fazer diante dos comportamentos da criança deficiente. Na maioria das vezes, exatamente por não

saber a resposta, o próprio professor, na escola, acaba excluindo a criança portadora de deficiência de sua aula. Por estarem “desprevenidos”, acabam eles próprios exercendo atitudes discriminatórias, ou seja, não sabem o que fazer se aparecer um aluno deficiente na classe. (MORETTI, 1995, p.09)

A educação dos alunos com necessidades especiais na escola não pode dizer respeito somente a alguns dos professores de um centro educacional, nem deve ser unicamente um objetivo de um reduzido grupo dos mesmos. Deve ser visto, pelo contrário, como uma tarefa conjunta que faça com que este objetivo esteja entre os principais e prioritários da escola. (MARCHESI e MARTIN, 1995, p.19)

Itani (1998, p.128), nos ressalta a atitude paternalista de caridade, que acaba negando o reconhecimento do outro como igual. Portanto, a caridade é a própria prática da desigualdade. É por reconhecer o outro em condições inferior e por nos considerarmos superiores que, por vezes, podemos nos colocar em posição de ajudá-lo ou não. Nesse sentido da prática da caridade é que a atitude paternalista contém o preconceito. Torno-o inferior a mim pelo gesto de caridade que pratico, que é incapaz de se estabelecer enquanto tal é deficiente, incapaz de agir e de pensar e, portanto, depende de mim para ser. Essa prática paternalista, como caridade, se traduz também pela prática da desigualdade, na relação da dependência e sobre tudo no estabelecimento de uma relação de dominância.

As barreiras invisíveis, também afetam alguns portadores de deficiência, fazendo com que haja acomodação e aceitação de uma situação que marginaliza. Muitos, ao sofrerem uma limitação em sua capacidade física, esquecem que continuam vivos e apenas ficam lamentando uma fatalidade do destino, ficam alienados e se tornam individualistas não procurando a participação.

A liberdade é um direito garantido a qualquer ser humano que se apresenta dentro dos padrões de cidadania com o exercício de seus direitos e deveres perante a sociedade. Teoricamente todas as pessoas no gozo de sua cidadania podem “ir e vir”, locomovendo-se para onde seu desejo quiser. Infelizmente, as pessoas portadoras de deficiências, incluindo os com deficiência física⁷, em diversas

⁷Deficiência física: é toda e qualquer alteração no corpo humano, resultado de um problema ortopédico, neurológico ou de má formação, levando o indivíduo a uma limitação ou dificuldade no desenvolvimento de alguma tarefa motora. (COSTA, citado por FREITAS e CIDADE, 1997, p.24)

ocasiões são podadas de tal direito por verdadeiras barreiras visíveis, as quais os impedem de praticarem várias atividades.

Um degrau simples para uma pessoa fisicamente “normal” acaba sendo despercebido, pois não constitui obstáculo ao seu direito de “ir e vir”, entretanto, para as pessoas que apresentam alguma limitação, esse insignificante degrau pode impedir ou dificultar o simples desejo de sair de casa. Escadas, degraus e portas estreitas continuam sendo construídas sem adaptações em diversas edificações, seja por ignorância ou má vontade. Apesar da lei determinar acessos adequados em edificações públicas e de uso público, o portador de deficiência permanece excluído, proibido por uma contingência arquitetônica de participar, de interagir em diversos lugares, inclusive na escola.

O princípio de acessibilidade para todos, deve estar incluso em qualquer Projeto. As cidades devem possibilitar a participação de seus habitantes, sejam pessoas portadoras de deficiência ou não. É a igualdade perante a lei e a igualdade de oportunidades a que todos temos direito que devem começar a se fazer presente no cotidiano, fazendo valer realmente o que entendemos por justiça.

A busca do ambiente mais favorável à criança no seu desenvolvimento tem mobilizado os educadores e deve ser a grande meta das sociedades que se preocupam com a formação das novas gerações. O meio mais favorável possível é o que se pretende oferecer para o desenvolvimento de todas as crianças, com ou sem problemas ou dificuldades de adaptação. Espera-se que constituam espaços educacionais abertos, em que a diversidade é a mola que impulsiona os educadores, os especialistas, pais e crianças e a sociedade em geral a mudar comportamentos, idéias, procedimentos, em busca de uma educação e vida de qualidade para todos.

A falta de crer firmemente no que se deseja atingir é outro fator que assume atitudes de discriminação. A maior parte das instituições não tem um projeto preciso que inclua o portador de deficiência nas aulas, e é esta a razão dos baixos resultados.

Muitas vezes prossegue-se através de tentativas, de caminhos assumidos casualmente ou ditados por quem, em um determinado período, possui mais carisma (ou poder) e assim por diante, demonstrando facilmente que a soma de boas intenções não é suficiente. (MORETTI, 1995, p.31)

E a cada dia vemos que, o que é diferente abala o conservadorismo dos conceitos e das práticas tradicionais, retardando a compreensão e aceitação de novidades, prolongando os caminhos e as lutas por que passam os ditos significativamente diferentes e reforçando a idéia de que as diferenças inter-individuais se apresentam como relação de desigualdade entre os homens.

Enquanto a Constituição e a Declaração dos Direitos Humanos reconhecem plenamente as necessidades de cada pessoa em nome da igualdade político-legal e a dignidade humana de cada um por sua capacidade como um ser racional, nenhum sistema liberal tem reconhecido os seres humanos em sua dignidade humana plena.

Para Itani (1998, p.132), a violência do preconceito não está na diferença que realizamos mentalmente, mas na forma como agimos com base nessa nação. Na estratégia apoiada na possibilidade de eliminar o outro que é diferente, a intolerância surge como a atitude que responde pela vontade de eliminar o outro, negar a existência do outro que é diferente. É a atitude de recusa de aceitação do outro tal como é.

Com base nessa intolerância, necessita-se a afirmação de uma identidade, uma construção de atitude para com o deficiente, derrubando a hostilidade que se tem perante ele e que compreendem práticas de defesa contra nossa própria fragilidade diante da pessoa portadora de deficiência.

Nesta perspectiva a tolerância torna-se o exercício de uma prática política pela liberdade. Individualmente, é um exercício da paciência com o outro, pelo qual se sofre ou dissimula a diferença. Requer paciência na medida que é um exercício difícil.

Outro fator que salienta a discriminação dentro da escola é a ausência ou escassez qualitativa de um projeto existencial, ainda que mínimo. Muitos indivíduos deficientes não recebem tal dimensão porque são mantidos constantemente num estado infantil e, por isso, não estão em condições de exprimir suas solicitações. Ocorre também, inúmeras vezes, que nem os próprios adultos responsáveis por eles tenham em mente um projeto preciso, e vivem numa espécie de estado estático, no qual limitam-se a gerenciar a situação no momento. (MORETTI, 1995, p.76)

A resistência de aceitação de portador de deficiência em ocasiões informais como, por exemplo, companhia de amigos, relações sentimentais, etc., também

aparece como ponto de discriminação em torno deles, dificultando seu convívio e o excluindo, também, da escola.

Existem dificuldades reais para se criar, na escola, condições para a educação, como por exemplo: rigidez de programas, limitações da liberdade de iniciativa, resistência das famílias dos alunos normais, são fatores que não podem ser desprezados quando se fala em discriminação na escola. Como consequência destes fatores o deficiente não extrai da escola vantagens educativas, isto é, aprende realmente alguma coisa, mas não cresce como pessoa, pois não chega a aprender a cultura de seus colegas normais e vice-versa, ficando de fora das relações o processo de socialização. (MORETTI, 1995, p.94)

Marchesi e Martin (1995, p.12), nos coloca que quanto maior for a rigidez do sistema educacional e quanto menor a capacidade de adaptação, flexibilidade e oferta global oferecida pela escola, maiores às possibilidades de que existam alunos que se sintam desvinculados dos processos de aprendizagem e manifestem, por isso, maiores dificuldades.

A mídia também é responsável por imagens que se fazem a respeito de pessoas deficientes. Fulcrada em desinformações, é costume mostrar a penúria, a fatalidade, a invalidez, e nunca o seu trabalho digno, a sua competência, o seu esforço para vencer barreiras. Vê-se sempre o invólucro, e nunca o conteúdo.

A superação de todas essas barreiras invisível somente acontecerão a partir de uma nova mentalidade de todos os componentes da sociedade, onde os fatores educação e consciência crítica sobre as atitudes que marginalizam e oprimem devam ser debatidos e analisados, com o intuito de promover mudanças na forma de pensar e maneira de agir de todas as pessoas, sejam deficientes ou não.

Por todos estes fatores discriminatórios que cercam a pessoa portadora de deficiência, propõe-se uma modificação da sociedade, bem como da escola, “como pré-requisito para que a pessoa com necessidades especiais busque seu desenvolvimento e exerça a cidadania”, ou seja, a inclusão. (SASSAKI, 1997, p.20)

A Declaração de Salamanca (1994, p.15), afirma a importância da educação inclusiva, quer dizer, de uma educação que não separe deficientes de pessoas comuns. A tendência à educação inclusiva é irreversível, com a mesma educação para todos, mas com atendimento individualizado quando necessário.

2.4 Educação Física Adaptada

A única educação válida na escola é aquela que possibilita a todas as crianças o conhecimento, a compreensão e o respeito. Desenvolver um modelo educativo que proporcione a cada criança, a ajuda pedagógica necessárias as suas condições individuais, experiências e realidade, é afirmar que diversidade dos alunos é inerente ao desenvolvimento humano. Desta forma, a educação escolar deverá assegurar um equilíbrio entre a necessária complexidade do currículo e a inegável diversidade dos alunos.

A finalidade primordial da educação é auxiliar na formação integral do indivíduo. Deve iniciar no nascimento e continuar por toda a sua vida, proporcionando o desenvolvimento físico e mental de acordo com sua idade cronológica e motriz.

É neste momento que aparece a atividade física, pois ela exerce papel fundamental no desenvolvimento somático e funcional, porém, desde que baseado em métodos e normas que respeitem a individualidade de cada um, bem como suas capacidade e limitações.

O processo educacional procura, em essência, atender adequadamente às necessidades biológicas, psicológica, social e cultural da população que se destina.

As atividades físicas, para pessoas portadoras de deficiência, historicamente, inicialmente tinham um enfoque médico, chamado de ginástica médica, e tinha como objetivo remediar as doenças, utilizando para tanto exercícios preventivos e corretivos. (FONSECA, 1996, p.13)

Conforme Pedrinelli, citado por Freitas e Cidade (1997, p.28), o termo educação física adaptada foi definido na década de 50 pela *American Association for Health, Physical Education, Recreation and Dance* (AAHPERD) como sendo “um programa diversificado de atividade desenvolvimentista, jogos e ritmos adequados aos interesses, capacidades e limitações de estudante com deficiências”.

Educação física adaptada “é uma área da educação física que tem como objetivo de estudo a motricidade humana para as pessoas com necessidades educativas especiais, adequando metodologia de ensino para o atendimento às característica de cada portador de deficiência, respeitando suas diferenças individuais”. (DUARTE e WERNER, citado por FREITAS e CIDADE, 1997, p.28)

Para estruturar programas de educação física adaptada que atendem as reais necessidades do indivíduo portador de deficiência física várias abordagens são possíveis, ressaltando nesta condição o desporto inserido neste processo.

O desporto deve atuar como uma força motora que leve o deficiente físico vivenciar e restabelecer o contato com o mundo circundante, facilitando e acelerando sua integração com a comunidade, bem como seu reconhecimento como cidadão respeitando um plano de igualdade.

A finalidade do desporto, segundo Adams (1985, p.04), está em trabalhar o domínio de si mesmo e desenvolver o respeito próprio e do outro, espírito de competição e de companheirismo, atitudes mentais que são essenciais para a integração. Em outras palavras, o desporto ajuda, consideravelmente, a resgatar o indivíduo “deficiente” da condição de inválido, incapacitado e ineficiente, conseqüentemente de uma visão implícita na sociedade, para a condição de possibilitado, capaz, competente e de grande valor no plano social.

Segundo Aragão e Vargas (1999, p.39) o esporte, para além de construir uma forma e um meio de alcance da dimensão lúdica do homem, traduz a singularidade da superação humana nos âmbitos espaciais físico e temporais.

A participação em atividade lúdica-temporal permite ao homem o acesso àquilo que lhe é inerente: o sonho. Sim, o homem só é inteiro e global quando se permite sonhar. (ARAGÃO e VARGAS, 1999, p.39)

A criança progressivamente, se descobre através de sua atividade corporal ou instintiva a princípio, diferenciada e intencional depois, e esta atividade lhe permite descobrir o mundo em sua volta.

Referindo sobre a importância da educação física para o desenvolvimento físico e social. Archer, citado por Santos (1994, p.34) afirma que:

Os efeitos esperados da educação física e esporte são os mesmos que para as crianças normais, não apenas porque a atividade sensório-motor está na base da organização do intelectual e ocupa um amplo espaço no processo de adaptação, mas porque esta disciplina contribui também, para o desenvolvimento nos diversos setores que um projeto de educação integral comporta.

O papel da educação física adaptada, como elemento básico e fundamental da educação do deficiente físico, é cada vez mais afirmado. Ao redor de 1920, uma

ênfase cada vez maior era colocada nos programas que incorporavam as teorias educacionais modernas às atividades físicas. (ADAMS, 1985, p.04)

A educação física adaptada possibilita o desenvolvimento das potencialidades do deficiente físico, respeitando seus limites, ensinando o manejo correto da cadeira de rodas, muletas e outras próteses, facilitando o acesso ao meio físico e possibilitando adaptações de materiais de acordo com o tipo de deficiência. (FREITAS e CIDADE, 1997, p.31)

A participação do aluno com deficiência física deverá estar atrelada, primeiramente, a uma avaliação médica, para que se saiba sobre suas condições para a prática da educação física. Em seguida, é necessário levar em conta alguns princípios básicos, que são: adaptação, conhecimento de seus limites, impedimentos e desenvolvimentos.

Ainda devem-se observar os seguintes objetivos:

1) desenvolvimento das estruturas que envolvem o seu domínio cognitivo, visando, assim, a um plano mais efetivo em seu movimento; 2) a aquisição de um componente social adequado, que lhe assegure maior ajustamento com seu meio; 3) o domínio psicomotor que lhe favoreça aquisição de habilidades indispensáveis para sua autonomia e independência futuras; 4) o desenvolvimento de hábitos higiênicos e de cuidados pessoais, que se constituem pré-requisitos para o desenvolvimento de sua personalidade; 5) o preparo para a participação sadia em atividades esportivas, que tragam prazer e não permitam que se estabeleçam preconceitos. (ROSADAS, 1991, p.28)

Dessa forma, após estas colocações e observações, é possível verificar a importância de uma educação física preparada para o atendimento do aluno com necessidades especiais.

Para se estruturar programas de educação física adaptada que atendem as reais necessidades do indivíduo com deficiência física, como já citei, várias abordagens são possíveis, dentre elas jogos, brincadeiras, organizações de um circo, gincana, passeio no bosque, parque, dança, ginástica e o desporto, pode ser inserido neste processo.

É imprescindível, ainda que o aluno, seja ele especial ou não, deva primeiramente conhecer seu corpo para então desenvolver qualquer atividade. Estas atividades de um programa devem estimular o envolvimento do aluno em todos os

momentos, buscando sua reflexão sobre o que está fazendo e como estar realizando a atividade.

Partindo do princípio de que todas as diferenças humanas são normais e de que aprendizagem deve, portanto, ajusta-se às necessidades de cada criança e não que cada criança deva se adaptar aos supostos princípios do processo educativo, afirma-se ser a atividade inclusiva quando a sociedade adapta seus programas para incluir as pessoas com deficiência e não quando a pessoa com deficiência consegue participar de atividades não adaptadas.

Segundo Pedrinelli, Regazzo, Prado, Karlik e Tonelotto (1990, p.101) proporcionar a participação de todos, focaliza o potencial motor do aluno e favorecer maior autonomia constituem aspectos relevantes na implantação de programas de educação física para a criança portadora de deficiência física.

Também estes mesmo autores observaram os alunos que participam de programas de educação física e constataram que:

1) demonstram maior interesse em se locomover de maneira independente; 2) descobrem soluções motoras novas e diversificadas em diferentes situações; 3) desenvolvem uma atividade positiva em relação à participação em aulas de educação física; 4) passam a responder prontamente a solicitações e organiza-se mais facilmente quando lhe é atribuídas alguma responsabilidade ou problema a resolver, tornam evidente a importância da atividade motora para o desenvolvimento da criança portadora de deficiência física. (PEDRINELLI, REGAZZO, PRADO, KARLIK e TONELOTTO, 1990, p.101)

Essa criança que tem direito a escola (educação), terá dentre outros, um professor de educação física, que deverá oportunizá-la a mostrar suas habilidades e seu potencial criativo. Um professor que pelas características de sua disciplina (descontraída e alegre) muitas vezes será o espelho desta criança. (DUARTE, 1992, p.56)

Segundo Carmo (2001, p.37), os profissionais envolvidos com a educação física adaptada necessitam produzir conhecimento que tragam consequência e contribuam para modificar o atual contexto social em que vivem as pessoas portadoras de deficiência. Acredita que a inclusão escolar vista em outra perspectiva, venha a ser o móvel que vai possibilitar profundas modificações nesse sentido.

Carmo (2001, p.38) afirma isto porque, com o advento da inclusão, mesmo no plano do diverso, o princípio explícito e defendido é o da diferença e da desigualdade. Com isso, a relação entre o ideário dominante (todos somos iguais) e o ideário emergente (todos somos diferentes) se torna mutuamente excludente, pois concretamente fica difícil conciliar uma concepção abstrata com uma concepção concreta de homem.

Trabalhar com alunos com necessidades especiais não é fácil. Parafraseando Rosadas (1991, p.170), "se pretende realmente resultados; versatilidade é condição inicial indissolúvel do bom profissional. A forma como ele vai dirigir suas aulas, o seu estilo de ensino vai também variar conforme seu objetivo imediato".

Adams (1985, p.69) apresenta que o professor é o primeiro agente e que todo o trabalho com os alunos com deficiência física, primeiramente, seu objetivo é conseguir um relacionamento efetivo com a criança a ser trabalhada. Através deste relacionamento, o professor deve procurar obter a confiança dela. Esta confiança depositada no professor será o caminho para o desempenho positivo.

Desta forma, verifica-se que, para trabalhar com estes alunos, o professor de educação física deve agir como se a turma fosse a mesma, apenas respeitando a individualidade de cada aluno e, neste caso, respeitando a limitação do deficiente físico.

Os professores de educação física em face da inclusão escolar tomem partido nesta luta social, não se distanciando da realidade, nem se deixando petrificar pelas adaptações motivadas por sentimentos passionais e pieguistas tão comuns entre os deficientes. (CARMO, 2001, p.46)

Segundo Bueno e Resa (1995, p.74)"a educação física adaptada para portadores de deficiência não se diferencia da educação física em seu conteúdo, mais compreende técnicas, métodos e formas de organização que podem ser aplicados ao indivíduo deficiente".

Portanto a educação física deve ser vista como uma disciplina verdadeiramente incluída no contexto escolar e para isso é necessário que haja uma repercussão positiva de sua finalidade, que é desenvolver o indivíduo integralmente, e que seus objetivos possam ser alcançados a partir de uma prática responsável e permanente.

2.5 Inclusão

A questão educacional da pessoa portadora de deficiência e a sua integração social são temas mundialmente debatidos, é o principal aspecto que a Conferência Mundial sobre necessidades educativas especiais em Salamanca, na Espanha, de 07 à 10 de junho de 1994 abordou, foi justamente a necessidade de uma escola integradora onde exista realmente a igualdade e oportunidade de educação para todos, inclusive aos portadores de deficiência.

O princípio fundamental da linha de ação de Salamanca (1994, p.17), aprovada pela Conferência Mundial sobre necessidades educativas especiais é de que:

“... as escolas devem escolher todas as crianças, independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, lingüísticas ou outras. Devem acolher crianças deficientes e crianças bem dotadas; crianças que vivem na rua e que trabalham; crianças de populações distantes ou nômades; crianças de minorias lingüísticas, étnicas ou culturais e crianças de outros grupos ou zonas desfavorecidas ou marginalizadas”.

As escolas integradoras preconizadas em Salamanca (1994, p.17) têm como princípio fundamental que “todas as crianças, sempre que possível, devem aprender juntas, independentemente de suas dificuldades e diferenças”. E, que aquelas crianças que apresentam dificuldades no aspecto educacional devem ter assegurado um ensino de qualidade e de um adequado programa de estudos com boa organização escolar.

O documento anteriormente citado, ainda recomenda que só em último caso as crianças portadoras de deficiências devem estudar em escolas especiais, a não ser em casos pouco freqüentes onde se demonstre que a escola comum não vai satisfazer as necessidades educativas ou sociais da criança. E quanto às escolas integradoras, ressalta que é no ambiente dessas escolas que existirá uma maior progressão no sentido da educação e da integração social e que para que isso ocorra, é necessário o esforço dos professores e pessoal da escola, pois, familiares, colegas e voluntários.

No Brasil, a Coordenadoria Nacional para integração da pessoa portadora de deficiência, junto com a linha de Ação Integracionista da Conferência em

Salamanca, desperta nos profissionais da área da educação a necessidade de integrar alunos com deficiência nas escolas comuns.

A sociedade inclusiva representa um ideal, mas um ideal distante da realidade vivida hoje, que só visa a agressividade e a competitividade para se vencer, e na qual, espera-se, não seja a exclusão de muitos a abundância de outros.

Essa sociedade inclusiva é bastante recente, mas já há adeptos. Por exemplo, a ONU, provavelmente, foi a primeira entidade a cunhar explicitamente esta expressão. Sasaki (1997, p.15) apresenta que o termo sociedade para todos foi registrado na resolução 45/91 da Assembléia Geral das Nações Unidas, ocorrida em 1990. Porém, o que é essa inclusão social?

Da exclusão social total passando para o atendimento especializado segregado e depois para integração social parcial, o segmento dos portadores de deficiência está agora lutando por sua integração social total, ou seja, inclusão social. A inclusão social é o processo pelo qual a sociedade e o portador de deficiência procuram adaptar-se mutuamente tendo em vista a equiparação de oportunidades e, conseqüentemente, uma sociedade para todos. A inclusão (na escola, no trabalho, no lazer, nos serviços de saúde, etc.) significa que a pessoa deficiente deve integrar-se à sociedade, sim, mas, também, a sociedade deve adaptar-se às necessidades da pessoa com deficiência. (SASSAKI, 1997, p.15)

Dessa forma, a inclusão social constitui-se na prática mais recente que se tem notícia no campo das necessidades especiais, tanto no Brasil como em muitos outros países.

E ainda, a inclusão social vem, aos poucos, substituindo a prática da integração social, que há quatro décadas ocupa o lugar da segregação e da exclusão de pessoas consideradas diferentes da maioria da população de qualquer sociedade.

Mantoan (1997, p.45) afirma que a diferença básica entre a inclusão⁸, que hoje está em vigor e a integração, que até então era a correta, reside no fato de que a integração é uma forma condicional de inserção em que vai depender da pessoa com necessidades especiais, ou seja, do nível de uma capacidade de adaptação às opções da sociedade, sendo ele o protagonista e que necessita modificar-se

⁸Inclusão: é a modificação da sociedade como pré-requisito para a pessoa, com necessidades especiais, buscar seu desenvolvimento e exercer a cidadania. (SASSAKI, 1997, p.43)

para se integrar. Já a meta da inclusão é, desde o início, não deixar ninguém fora do sistema social, sendo que esse terá que se adaptar às particularidades de todos os indivíduos.

Portanto, conforme Sasaki (1997, p.16), "... a prática da inclusão social repousa em princípios até então considerados incomuns, tais como: a aceitação das diferenças individuais, a valorização de cada pessoa, a convivência dentro da diversidade humana, a aprendizagem através da cooperação. A diversidade humana é representada, principalmente, por origem nacional, opção sexual, religião, gênero, cor, idade, raça e deficiência".

A inclusão social, então, é um processo que contribui para a construção de um novo tipo de sociedade através de transformações, pequenas e grandes, nos ambientes físico (espaços internos e externos, equipamentos, aparelhos e utensílios, mobiliário e meios de transporte), nos procedimentos técnicos e na mentalidade de todas as pessoas, portanto, também da própria pessoa com necessidades especiais. No âmbito da inclusão, o pré-requisito é a modificação da sociedade para que as pessoas com necessidades especiais busquem seu desenvolvimento e exerçam sua cidadania. (SASSAKI, 1997, p.17)

A inclusão é um processo amplo, com pequenas e grandes transformações, tanto nos ambientes físicos quanto na mentalidade das pessoas, inclusive do próprio deficiente, contribuindo assim para um novo tipo de sociedade, que aceite e valorize as diferenças individuais, aprendendo a conviver com a diversidade humana. (SASSAKI, 1997, p.25)

A diversidade humana faz com que existam diferenças individuais, as quais devem ser respeitadas, pois se isto não acontecer, relações entre deficientes e não deficientes tornam-se mais difíceis, que de acordo com AMARAL (2001, p.30), acarretam em cinco facetas que prejudicam as relações mistas, sendo estas:

- Generalização indevida: é o ato de transformar uma dada deficiência em totalidade do indivíduo e não parte dele;
- Coisificação: é a desumanização da pessoa portadora de deficiência, tirando-lhe sua capacidade de opção;
- Infantilização indevida: a idade cronológica não é respeitada e o tratamento não é diferenciado, pois o deficiente sempre será visto como criança;
- Ideologia de força de vontade: é quando se coloca na pessoa portadora de deficiência todo o peso de suas limitações, deixando de lado suas habilidades;
- Busca desmensurada de compensação: é quando existe um incentivo a ultrapassar os limites da deficiência, causando, na maioria das vezes, o fracasso da pessoa.

Para que as relações mistas sejam mais efetivas é preciso que outros três conceitos sejam entendidos, que são: autonomia, independência e equiparação de oportunidades. O primeiro é tratado como a condição de domínio no ambiente físico e social, para que se preserve ao máximo a privacidade e a dignidade da pessoa que a exerce. A independência é a tomada de decisão, sem depender de outras pessoas sendo elas da família ou profissionais especializados. (CIDADE e FREITAS, 1997, p.29)

O terceiro conceito definido pela ONU, citado por Cidade e Freitas (1997, p.29), diz respeito “ao processo através do qual os diversos sistemas da sociedade e do ambiente, tais como serviços, atividades, informações e documentação, são tornados disponíveis para todos, particularmente para pessoas com deficiência”.

A inclusão escolar da pessoa com necessidades especiais é uma forma de defesa dos direitos do segmento no Brasil, desde a discussão gerada pela divulgação do Documento de Salamanca em 1994. Esta situação veio para substituir os princípios de integração e normalização das pessoas com deficiência, que está presente desde a década de 50, assim como a integração, bandeira levantada na década de 60. Neste sentido, o termo inclusão escolar encerra a discussão, de forma bastante simplificada, no contexto restrito da escola, contrariamente aos conceitos de integração e normalização que, historicamente, vem sendo construídos na perspectiva das ações concretas que viabilizam a participação legítima que é direito das pessoas com necessidades especiais no contexto mais amplo da sociedade.

Parafraseando Carvalho (1997, p.34), o atendimento educacional às pessoas com necessidades educacionais especiais preferencialmente na rede regular de ensino é garantido legalmente (art. 208 da Constituição Federal, Declaração de Salamanca e art. 58 da lei 9394/96. Assim, o reconhecimento dos direitos dos alunos com necessidades especiais à educação inclusiva como garante a legislação brasileira, estende-se, também, ao uso dos serviços aos quais todos, deficientes físicos ou não, tem direitos. Vale ressaltar aqui, que os direitos sociais básicos (saúde, educação, moradia, segurança, lazer), continuam inacessíveis à maioria dos brasileiros, inclusive aos deficientes, daí a dificuldade em praticar, em sua essência, a educação inclusiva.

Mas, porém, o que é a educação inclusiva? Conforme Paraná – SEED/DEE (1994, p.15): “é o processo gradual e dinâmico que pode tomar distintas formas de acordo com as necessidades e habilidades dos alunos. A integração educativa-escolar refere-se ao processo de educar-ensinar, no mesmo grupo, a criança com e sem necessidades educacionais especiais, durante uma parte ou na totalidade do tempo de permanência na escola”.

Mrech (2003), apresenta que a educação inclusiva teve início nos Estados Unidos através da Lei Pública 94.142, de 1975 e, atualmente, já se encontra na sua Segunda década de implementação.

Ela afirma que, “por educação inclusiva se entende o processo de inclusão dos portadores de necessidades especiais ou de distúrbios de aprendizagem na rede comum de ensino em todos os seus graus”.

Já Carvalho (1998, p.23) afirma que a noção de inclusão “institui a inserção de uma forma mais radical, completa e sistemática. O vocábulo integração é abandonado, uma vez que o objetivo é incluir um aluno ou um grupo de alunos que já foram excluídos, a meta primordial da inclusão é a de não deixar ninguém no exterior do ensino regular, desde o começo”. As escolas inclusivistas propõem um modo de se construir o sistema educacional que considera as necessidades de todos os alunos e que é estruturado em virtude dessas necessidades. A inclusão causa uma mudança de perspectiva educacional, pois não se limita a ajudar somente aos alunos que apresentam dificuldades na escola, mas apóia a todos: professores, alunos, pessoal administrativo, para que obtenham sucesso na corrente educativa geral.

Parafraseando Mrech (2003), por meio da educação inclusiva, privilegiam-se os projetos de escola que apresentam as seguintes características:

É necessário que haja um direcionamento para a comunidade, pois, na escola inclusiva, o processo educativo é entendido como um processo social, em cujas classes, todas as crianças com necessidades especiais, incluindo os deficientes físicos, tem o direito à escolarização o mais próximo possível do normal. O alvo a ser alcançado é a integração da criança com deficiência física na comunidade.

Uma escola inclusiva é uma escola líder em relação às demais. Ela se apresenta como a vanguarda do processo educacional. O seu objetivo maior é fazer

com que a escola atue através de todos os seus escalões para possibilitar a integração das crianças que dela fazem parte.

Há, em relação às escolas inclusivas, altas expectativas de desempenho por parte de todas as crianças envolvidas. O objetivo é fazer com que as crianças atinjam o seu potencial máximo. O processo deverá ser dosado às necessidades de cada criança.

É imprescindível que haja colaboração e cooperação, havendo um privilégio das relações sociais entre todos os participantes da escola, tendo em vista a criação de uma rede de auto-ajuda.

A escola inclusiva muda os papéis tradicionais dos professores e da equipe técnica da escola. Os professores tornam-se mais próximos dos alunos, na captação das suas maiores dificuldades. O suporte aos professores da classe comum é essencial, para o bom andamento do processo de ensino-aprendizagem.

Werneck (1997, p.61) cita que o professor do ensino básico é a principal figura na sociedade inclusiva. Não adianta contemporizarmos: enquanto que os cursos e universidades não se conscientizarem de que os alunos com deficiência são responsabilidade de todos os educadores, e não apenas os de educação especial.

Mantoan (1997, p.45) afirma que “se necessita, ainda, do estabelecimento de uma infra-estrutura de serviços, pois, gradativamente, a escola inclusiva irá criando uma rede de suporte para superação das suas maiores dificuldades. A escola inclusiva é uma escola integrada à sua comunidade”.

A parceria com os pais é, também, de suma importância no processo de inclusão da criança na escola.

Os ambientes educacionais devem ser flexíveis, isto é, devem visar o processo de ensino-aprendizagem do aluno.

O acesso físico à escola deverá ser facilitado aos indivíduos com deficiência. Conforme a educadora Heloísa Barbosa, citado por Franco (1999, p.91), “... educar indivíduos em salas de educação especial significa negar-lhes o acesso a formas ricas e estimulantes de socialização”.

A inclusão na escola amedronta tanto professores do ensino regular quanto os especialistas em educação especial.

Segundo Werneck (1997, p.63), os professores do ensino regular ficam constrangidos porque são levados a assumir papéis indesejados. Outro desafio é acertar que alunos com necessidades educativas especiais sejam inseridos nas turmas por idade cronológica. A inserção por idade cronológica é um dos principais parâmetros da inclusão.

Também cita que os especialistas em educação especial receiam que o ensino inclusivo acabe abruptamente com o ensino especial e elimine também o profissional, que há anos vem se especializando nessa área.

Só que este temor não se justifica, pois a inclusão prega um ensino especializado no aluno e a experiência do profissional de educação especial será decisiva nesse processo.

Há inclusão, de fato, quando a escola não exclui alguns de seus alunos ou crianças e jovens candidatos à matrícula em razão de qualquer atributo individual do tipo: gênero (sexo), cor (etnias diversas), deficiências (física, mental, visual, auditiva ou múltipla), classe social, condições de saúde (vírus HIV, epilepsia, etc.) e outros. Numa escola inclusiva, todos os alunos, com ou sem alguns desses atributos individuais, estudam juntos nas mesmas classes.

Mas, o modelo da inclusão está ganhando terreno, devido a insatisfações registradas sobre a educação especial, que levaram ao fortalecimento e aprovação, na teoria, da inclusão. Segundo Saint-Laurent, citado por Mantoan (1997, p.68), essas insatisfações são: 1) difícil identificação dos alunos em dificuldades; 2) efeito estigmatizante pelo fato de separar os alunos para atendimento especial; 3) falta de rigor na avaliação e nos métodos pedagógicos; 4) perda de tempo do ensino em classe comum; 5) falta de coordenação entre os colaboradores.

Para uma melhor compreensão da inclusão e do que já foi exposto, apresenta-se, a seguir, o fundamento teórico da inclusão, conforme apresenta SASSAKI (1997, p.60-69).

Iniciou-se na América do Norte, local em que se buscava estudar o desenvolvimento e a aprendizagem da criança, pois,

o modelo de classe inclusiva se apóia em noções sócio-construtivistas. Com base nos trabalhos de Vygotski (1978) e elaborado por Brunner (1973), Rogoff (1990) e Wetsc (1985, 1991, 1994), este quadro teórico faz parte da grande família das teorias construtivistas em psicologia do desenvolvimento da criança. Ele prioriza o contexto ecológico e as dimensões

transacionais do desenvolvimento infantil. Ele propõe uma visão coerente do ensino e aprendizagem. (SAINT-LAURENT e BOISCLAIR, citado por MANTOAN, 1997, p.45)

Isto quer dizer que, se a criança permanecer em ambiente inferior ou isolamento social, ela não poderá desenvolver suas funções sociais superiores. Dessa forma, sua aprendizagem será mínima ou nula. Pôr outro lado, com o apoio de outros alunos e do professor, ela poderá estabelecer interações sociais, o qual proporcionará a resolução de atividades que antes, sozinha, não poderia resolvê-los. Assim, em relação à criança que apresenta dificuldades, ao invés de diminuir o ritmo ou simplificar a tarefa, trata-se de guardar a tarefa intacta proporcionando apoio à criança. Este apoio pode ser verbal ou não verbal, originando-se da combinação dos dois. (SAINT-LAURENT, citado por MANTOAN, 1997, p.69)

Segundo Saint-Laurent, citado por Mantoan (1997, p.69), “O princípio mais importante do sócio-construtivismo para os alunos com necessidades especiais é o seu direito e a sua necessidade de participar, de ser considerado como um membro legítimo e ativo no interior da comunidade. Este princípio justifica as classes inclusivas, nas quais as relações sociais são compreendidas como catalisadoras de aprendizagem”.

Nas classes inclusivas deve haver a construção de novos conhecimentos, estratégias e a integração. Os problemas existentes são diferentes, obrigando a todos a sua resolução. Isto implica em troca e, conseqüentemente, em conflitos cognitivos, haja vista que cada um apresenta seu próprio esquema, estratégia e forma de resolver os problemas. Nesta perspectiva, a possibilidade de conflitos cognitivos e sociais significativos aumenta muito, em decorrência da diversificação do contexto social, tendo um grande valor motivacional tanto para o aluno especial como para os demais.

Por isso Mrech (2003), afirma que a classe inclusiva não é uma panacéia. Seu valor reside na qualidade das intervenções desenvolvidas. Os elementos chaves de uma classe inclusiva são a consultação e o ensino colaborativo, o tutorado pelos pares e a aprendizagem cooperativa. A classe inclusiva de qualidade proporciona ao aluno deficiente ser membro da comunidade, ter um melhor professor e estabelecer melhores relações com seus colegas/companheiros.

Portanto, o princípio que deve orientar a estrutura dos sistemas educativos é a inclusão de todas as crianças independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, lingüísticas e outras. A inclusão e a participação são essenciais à dignidade humana e ao desfrute e exercício dos direitos humanos. Planejamento educacional da parte dos governos, portanto, deveria ser concentrado em educação para todas as pessoas, em todas as regiões do país e em todas as condições econômicas através de escolas públicas e provadas.

A oportunidade de acesso à educação por parte das diferentes camadas da população em suas especificidade de classe social, raça, sexo e condição biológico-físico-sensorial, impõem ao poder público a organização de metodologias, instrumentos e outros fatores necessários ao tipo de formação desejada para o homem contemporâneo. Se a cidadania é uma qualidade da condição humana, é preciso organizar o mundo de tal forma a garantir esse exercício a todos os homens. E quando se fala a todos, a pessoa com necessidades especiais, está neste contexto inserida. Desta forma, faz-se cumprir o Programa Mundial de Ação Relativo às Pessoas com Deficiência (parágrafo 22), que foi consagrado no ano de 1983, o qual afirmava: "A educação (das pessoas com deficiência) deve ocorrer no sistema escolar comum (...). As medidas para tal efeito, devem ser incorporadas no processo de planejamento geral e na estrutura administrativa de qualquer sociedade".

Portanto, é necessário que se deixe bem claro que o conceito de inclusão não é levar crianças às classes comuns sem o acompanhamento do professor especializado; não é ignorar as necessidades específicas da criança; não é fazer as crianças seguirem um processo único de desenvolvimento, ao mesmo tempo e para todas as idades, não é extinguir o atendimento de educação especial antes do tempo e nem esperar que os professores de classe regular ensinem as crianças portadoras de necessidades especiais sem um suporte técnico.

A inclusão preconiza que todos os alunos, tanto os com necessidades especiais como os ditos "normais" estudem juntos, na mesma turma no ensino regular. Porém, é preciso que não haja somente a "inclusão física", ou seja, que somente estejam juntos no mesmo espaço físico, sem estar incluído verdadeiramente, apenas garantido a matrícula e um lugar na turma. Por isso, Mantoan (1997, p.12) afirma que é importante que esses alunos sejam também incluídos na aprendizagem, nas mesmas atividades. Para tanto, a prática

pedagógica precisa ser revista e aprimorada. Além disso, é importante que os alunos especiais transitem pela escola, utilizem o mesmo refeitório, vão à biblioteca juntamente com os demais alunos e que freqüentem as mesmas dependências que os ditos “normais” freqüentam.

E ainda, pensar na inclusão dos alunos com necessidades educacionais especiais nas classes regulares sem lhes oferecer ajuda e apoio, bem como a seus professores e familiares, seria como inseri-los apenas numericamente, seja como o número de matrículas, seja como carteira na sala de aula. “Pensar na inclusão sem que haja a integração psicossocial e pedagógica entre todos os alunos é uma forma requintada e perversa, embora habilmente mascarada, de segregação e de exclusão, apesar de estarem juntos, fisicamente e apenas”. (CARVALHO, 1998, p.171)

3 METODOLOGIA

Foi uma pesquisa analítica de natureza bibliográfica utilizando o método indutivo – Método é o “caminho pelo qual se chega a determinado resultado, ainda que esse caminho não tenha sido fixado de antemão de modo refletido e deliberado” (HGEMBERG, citado por GOMIDES, 2002, p.03). O indutivo utiliza a indução – que é um processo mental por intermédio do qual, suficientemente constatados, infere-se uma verdadeira geral ou universal não contida nas partes examinadas, isto é, parte do geral para o específico (GOMIDES, 2002, p.04) - utilizando-se para isso de documentos, livros, jornais, revistas, Internet, teses e dissertações para se alcançar um resultado positivo e aceitável.

O período de abrangência de tal estudo foi de janeiro de 2003 a fevereiro de 2004, tendo como população os deficientes físicos que estão em fase de inclusão nas escolas regulares de Curitiba.

4 CONCLUSÃO

Ao longo da história do homem sobre a terra, a deficiência sempre existiu e a rejeição ao deficiente vem sendo uma constante. Primitivamente matava-se física ou socialmente, pela segregação. Povos houve, que fizeram dos deficientes abandonados à parte do templo ou isolados em uma instituição assistencial mantida por esmolas, objetos de uma falsa caridade porque, através do dinheiro doado é que os mantinham isolados em um asilo, onde se comprova o conforto visual, o silêncio acusatório da consciência e pensava-se comprar o passaporte para o céu.

Os deficientes físicos fogem aos padrões ditos normais, agredem valores estatísticos, colocam em dúvida e, ao mesmo tempo, dão sentido à existência humana. Apesar de tudo isto, eles lutam para viver, serem reconhecidos como homens.

A inclusão está vindo para melhorar esta situação, porém como não está totalmente estabelecida, está passível de equívocos. É preciso primeiramente preparar o professor, a escola e os demais alunos.

O professor deve ter formação e preparação adequada para trabalhar de maneira eficaz e com populações especiais, assim não se sentirá constrangido perante este novo aluno.

Já a escola regular deve se modificar estrutural (arquitetônica) e pedagogicamente para que consiga reduzir as diferenças entre os alunos e também reduza as barreiras arquitetônicas que impossibilita o direito de “ir e vir” das pessoas deficientes.

Portanto, “a educação é de todos”; isso porque é indispensável para o desenvolvimento individual, pessoal, conseqüentemente para o desenvolvimento social de uma comunidade. É evidente que nem toda a educação é igual ou satisfatória, certos setores da sociedade carecem de educação diferenciada, é o caso de crianças portadoras de deficiência mental. Mas, outros setores necessitariam apenas adaptações ou no programa escolar ou ambiente físico escolar, caso das crianças portadoras de deficiências físicas.

Os alunos ditos “normais” não podem ser privados de conviver com os deficientes físicos, e vice-versa, pois como cita Werneck (1997, p.64), “ao privarmos

crianças normais da convivência com seus pares deficientes tiramos de todos a chance de se exercitarem na construção de sua cidadania”.

Incluir não é favor, mas troca. Conviver com as diferenças humanas é direito do pequeno cidadão, deficiente ou não.

Na escola ainda existem muitos preconceitos contra os deficientes físicos, pois a inclusão é uma idéia nova, e como tal, ainda tem várias pessoas contra, apenas com o tempo e as mudanças que vão acontecer é que o preconceito vai reduzir.

Werneck (1997, p.144) afirma que o preconceito não vem apenas da falta de informação, surge basicamente do que ele chama de “falta de formação” - é um processo silencioso, lento, progressivo e cumulativo de noções inadequadas sobre temas-tabus como a deficiência.

A “falta de formação” da origem ao preconceito.

A “falta de formação” é o alicerce do preconceito.

A “falta de formação” impede que a criança veja a questão da deficiência e da doença como sua. (WERNECK, 1997, p. 144)

A falta de formação se dá quando a criança sem apoio dos adultos busca mecanismo de aprender a sua curiosidade acerca das diferenças individuais. Captando informações truncadas e estereotipadas dali e daqui incluindo as da mídia. (WERNECK, 1997, p.144)

Este preconceito para ser minimizado é preciso que impeça que ele se instale, ainda na infância.

Carvalho (1998, p.32) afirma que somente o discurso para a inclusão não é suficiente para a mesma se concretize. É preciso o engajamento da escola à inclusão da pessoa com deficiência em todas as instâncias do processo educativo, o discurso não poderá estar distante das ações. Isto significa ampliar as discussões sobre a deficiência, sobre o projeto político-pedagógico da escola e sobre as práticas e relações sociais do dia-a-dia.

Carmo (2001, p.46 e 47) afirma que “a inclusão enquanto tese que pretende possibilitar, indistintamente, acesso e permanência de todos na escola é altamente louvável e oportuna, porém enquanto prática real e possível é totalmente frágil”.

Portanto não basta apenas incluí-los. É preciso uma reforma no ensino para melhorar sua capacidade, diminuindo o número de alunos nas salas para um atendimento mais dirigido, uma melhor preparação dos professores para aceitar estes alunos e uma preparação do ambiente.

REFERÊNCIA

ADAMS, Ronald C. **Jogos, esportes e exercícios para deficientes físicos**. São Paulo: Manole, 1985.

AMARAL, Lígia. Sobre crocodilos e avestruzes: falando de diferenças físicas, preconceitos e sua superação. IN: AQUINO, Júlio. **Diferenças e preconceito na escola: alternativas teóricas e práticas**. São Paulo: Summus, 1998.

_____. **Atividade física e diferença significativa/deficiência: algumas questões psicossociais remetidas à inclusão/convívio pleno**. Anais de IV Congresso Brasileiro de Atividade Motora Adaptada. Paraná, 2001.

ARAGÃO, Selma; VARGAS, Angelo. Da sociedade deficiente à sociedade inclusiva: Em busca do aperfeiçoamento das relações humanas. IN: ROBERT, Cinthian (org). **O direito do deficiente**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 1999.

ARCHER, Ricardo Battisti. Educação Física em Educação Especial: Enfoque sobre a educação física aplicada em deficientes mentais. Curitiba, 1983. IN: SANTOS, Rosani de Rocio dos. **Possibilidade de Educação Física Adaptada para portadores de deficiência mental por síndrome de Down**. 1994. 19f. Monografia (Licenciatura em Educação Física) – UFPR; Curitiba.

BARBOSA, Heloíse. Por que inclusão? 1999. Citado por FRANCO, Monique. Escola inclusiva: Caminhos da norma ou da Individualidade? IN: ROBERT, Cinthia (org). **O Direito do deficiente**. Rio de Janeiro: Lúmen Júris, 1999.

BUENO, Salvador Toro e RESA, Juan A. Zarco. **Educación física para niños y niñas con necesidades educativas especiales**. Málaga: Aljibe, 1995.

BRASIL, Ministério da Ação Social. Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência. **Declaração de Salamanca e linha de ação-sobre necessidades educativas especiais**. Brasília: Corde, 1994.

CANZIANI, Maria de Lourdes. **Educação especial visão de um processo dinâmico e integrado**. Curitiba: Educa, 1985.

CARMO, Apolônio Abadio do. **Deficiência física: a sociedade brasileira cria, recupera e discrimina**. Brasília: Secretaria dos Desportos/PR, 1991.

_____. **Inclusão Escolar e Educação Física: que movimentos são estes?** IN: Anais do I Simpósio Internacional Dança em Cadeiras de Rodas. Campinas – SP, 2001. Curitiba: ABRADecAR, 2001.

CARVALHO, Rosita Edler. **A nova LDB e a educação especial**. Rio de Janeiro: WVA, 1997.

_____ **Temas em educação especial**. Rio de Janeiro: WVA, 1998.

Constituição Federal. 3^a ed. LOPES, Maurício Antonio Ribeiro. (coordenação). São Paulo: Revista dos tribunais, 1998.

COSTA, Alberto M. Aprendendo sobre deficiência física. IN: Curso de atividade física e desportiva para pessoas portadoras de deficiência: educação à distância. 4V. Rio de Janeiro: ABT: UGF, 1995. Citado por FREITAS, Patrícia Silvestre de; CIDADE, Ruth Eugênia Amarante. **Noções sobre educação física e esporte para pessoas portadoras de deficiência: uma abordagem para professores de 1^o e 2^o graus**. Uberlândia: Breda, 1997.

Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais. Brasília: Corde, 1994.

DEPAUW, k.; GRAVRON, Susan J. Disability and Sport. Champaign: Human kinetics, 1995. Citado por FREITAS, Patrícia Silvestre de; CIDADE, Ruth Eugênia Amarante. **Noções sobre educação física e esporte para pessoas portadoras de deficiência: uma abordagem para professores de 1^o e 2^o graus**. Uberlândia: Breda, 1997.

DUARTE, Edison. **Educação Física Adaptada: Especialização ou Formação Básica?** IN: Anais de IV Simpósio Paulista de educação física adaptada. São Paulo: USP, 1992.

DUARTE, Edison; WERNER, T. Conhecendo um pouco mais sobre as deficiências. IN: Curso de atividade física e desportiva para pessoas portadoras de deficiência: educação à distância. 3V. Rio de Janeiro: ABT: UGF, 1995. Citado por FREITAS, Patrícia Silvestre de; CIDADE, Ruth Eugênia Amarante. **Noções sobre educação física e esporte para pessoas portadoras de deficiência: uma abordagem para professores de 1^o e 2^o graus**. Uberlândia: Breda, 1997.

FERNANDES, Francisco. **Dicionário brasileiro globo**. 37^a ed. São Paulo: Globo, 1995.

FONSECA, Sheila Mara Mesquita da. **A Educação Física Adaptada para criança portadora da Síndrome de Down**. 1996. 45f. Monografia (Licenciatura em Educação Física) – UFPR; Curitiba.

FRANÇA, Sônia. Diferença e preconceito: a efetividade da norma. IN: AQUINO, Júlio. **Diferenças e preconceitos na escola: alternativas teóricas e práticas**. São Paulo: Summus, 1998.

FRANCO, Monique. Escola inclusiva: caminhos da norma ou individuação? In: ROBERT, Cinthia (org). **O direito do deficiente**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 1999.

FREITAS, Patrícia Silvestre de; CIDADE, Ruth Eugênia Amarante. **Noções sobre educação física e esporte para pessoas portadoras de deficiência: uma abordagem para professores de 1º e 2º graus**. Uberlândia: Breda, 1997.

GOMIDES, José Eduardo. **A definição do problema de pesquisa a chave para o sucesso do projeto de pesquisa**. Revista do centro de Ensino Superior de Castelhão, CESUC, ano IV, N° 06, 1º Semestre, 2002. Disponível em: <<http://www.cesuc.br/revista/ed-1/ADEFINICAODOPROBLEMA.pdf>>. Acesso em Fevereiro de 2004.

ILLICH, I. Sociedade sem Escola. 2ª ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1973. Citado por MAZZOTTA, Marcos José da Silveira. **Educação escolar: comum ou especial**. São Paulo: Pioneira, 1987.

ITANI, Alice. Vivendo o preconceito em sala de aula. IN: AQUINO, Júlio. **Diferenças e preconceitos na escola: alternativas teóricas e práticas**. São Paulo: Summus, 1998.

LEIS DE DIRETRIZES E BASES da educação nacional e atos complementares. Lei. 9394/96 de 20 de dezembro de 1996.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **A integração de pessoas com deficiência: contribuições para uma reflexão sobre o tema**. São Paulo: Memon, 1997.

MARCHESI, Álvaro; MARTIN, Elena. Da terminologia do distúrbio às necessidades educacionais especiais. IN: COLL, César; PALACIO, Jesús; MARCHESI, Álvaro (organização). **Desenvolvimento psicológico e educação: necessidades educacionais especiais e aprendizagem escolar**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.

MAZZOTTA, Marcos José das Silveira. **Trabalho docente e formação de professores de educação especial**. São Paulo: EPV, 1993.

_____. **Educação Escolar: comum ou especial?** São Paulo: Livraria Pioneira Ed., 1987.

MORETTI, Giorgio. **Educar a criança deficiente**. São Paulo: ORSA, 1995.

MRECH, Magalhães Leny. **Educação inclusiva**. Disponível em: <<http://www.regra.com.br/educacao>>. Acesso em Junho de 2003

PEDRINELLI, Verene Junghahnel. Educação Física Adaptada: Conceituação e Termologia. IN: Educação Física e Desporto para Pessoas Portadora de deficiência. Brasília: MEC-SEDES, SESI-DN, 1994. Citado por FREITAS, Patrícia Silvestre de; CIDADE, Ruth Eugênia Amarante. **Noções sobre educação física e esporte para pessoas portadoras de deficiência: uma abordagem para professores de 1º e 2º graus**. Uberlândia: Breda, 1997.

PEDRINELLI, Verene Junghahnel; REGAZZO, Alice Marlene Cammarata; PRADO, Nilza de Oliveira; KARLIK, Rosalia Clara Widman; TONELOTTO, Vera Lúcia. **Atividade Física E A Criança Portadora De Deficiência Física**. IN: III Simpósio Paulista de educação física adaptada. São Paulo: USP, 1990.

ROMERO, Juan. As relações sociais das crianças com dificuldades de aprendizagem. in: COLL, César; PALÁCIOS, Jesus; MARCHESI, Alvaro (org). **Desenvolvimento psicológico e educação: necessidades educativas especiais e aprendizagem escolar**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.

ROSADAS, Sidney de Carvalho. **Educação física especial para deficientes**. 3ª ed. São Paulo: Atheneu, 1991.

SANTOS FILHO, Licurgo de Castro. História geral da medicina brasileira. São Paulo: Hucitec, 1997. Citado por CARMO, Apolônio Abadio do. **Deficiência física: a sociedade brasileira cria, recupera e discrimina**. Brasília: Secretaria dos Desportos/PR, 1991.

SILVA, Otto M. A epopéia ignorada: A pessoa deficiente na história do mundo de ontem e de hoje. São Paulo: Cedas, 1987. Citado por CARMO, Apolônio Abadio do. **Deficiência física: a sociedade brasileira cria, recupera e discrimina**. Brasília: Secretaria dos Desportos/PR, 1991.

SOUTHEY, Robert. História do Brasil. Rio de Janeiro. Trad. Joaquim de Oliveira Castro. Anotações pelo Cônego Dr. J.C. Fernandes Pinheiro. Rio de Janeiro: Livraria Garnier, 1862, 6V. Citado por CARMO, Apolônio Abadio do. **Deficiência física: a sociedade brasileira cria, recupera e discrimina**. Brasília: Secretaria dos Desportos/PR, 1991.

SASSAKI, Romeu K. **Inclusão – construindo uma sociedade para todos**. Rio de Janeiro: WVA, 1997.

SEED – PR/DEE. **Fundamentos teóricos – metodológicos para a educação especial.** Curitiba: Departamento de Educação Especial, 1994.

WERNECK, Cláudia. **Ninguém mais vai ser bonzinho na sociedade inclusiva.** Rio de Janeiro: WVA, 1997.

WINNICK, Joseph P. *Adapted physical education and sport.* 2^a ed. New York – NY: Human Kinetics, 1995. Citado por FREITAS, Patrícia Silvestre de; CIDADE, Ruth Eugênia Amarante. **Noções sobre educação física e esporte para pessoas portadoras de deficiência: uma abordagem para professores de 1^o e 2^o graus.** Uberlândia: Breda, 1997.